
Recebido: 12-07-2019 | Aprovado: 30-10-2019 | DOI: <https://doi.org/10.23882/MJ1916>

Participar de uma cultura de colaboração com a biblioteca escolar

Participate in a collaborative culture with the school library

Maria de Jesus Fernandes,

Agrupamento de Escolas de Mosteiro e Cávado, Braga, Portugal (mjes.pinto@gmail.com)

Resumo: Este artigo reflete sobre o valor da biblioteca escolar (BE) hoje, tomando como base os documentos de referência internacionais e nacionais, que descrevem a BE como “centro nevrálgico da escola”. Focamos a nossa reflexão no trabalho colaborativo entre professores (bibliotecário e de disciplinas), tendo como núcleo o aluno, autor da sua aprendizagem. Num primeiro momento, abordamos a conceção da BE nos documentos de referência. Num segundo momento observamos o trabalho colaborativo dos professores e o perfil da pessoa do aluno nesse enquadramento. Finalizamos com uma proposta de trabalho de pesquisa de informação e construção de produtos digitais originais, para alunos do ensino secundário, adotando o modelo “Big6”, em parceria com a professora bibliotecária da escola e trabalho colaborativo com dois professores/ disciplinas.

Palavras-Chave: autonomia, biblioteca escolar, modelo big6, professor bibliotecário, projeto de estudo

Abstract: This article focuses the value of the school library (SL) today, based on international and national reference documents that describe the SL as the “nerve center of the school”. We focus our approach on the collaborative work between teachers (librarian and subject teachers), considering the students as its core, as authors of their learning process. First, we address SL’s design in reference documents. Secondly, we observe the teachers collaborative work and the student profile in that framework. We conclude with a proposal for an information research project and construction of digital products for high school students, adopting the “Big6” model, in close partnership with the school's librarian teacher and collaborative work with two subject teachers.

Keywords: autonomy, big6 model, librarian teacher, school library, study project

A biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem-sucedidos na sociedade atual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos alunos competências para a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis.
 IFLA/UNESCO (1999).
Manifesto da Biblioteca Escolar.

Apresentação

Assistimos em Portugal, nas últimas duas décadas, a uma profunda mudança na conceção da Biblioteca escolar (BE) – abrangendo desde a organização e gestão, o perfil do professor bibliotecário (PB) e respetiva equipa, até um referencial de aprendizagens e quadro estratégico até 2020. Estaremos longe da tradição anglo-saxónica de um “School Library Program”, todavia, é indiscutível que o Programa da Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) alterou a visão da BE para centro de recursos implicado na mudança e na inovação educativa.

Se é notório e profícuo o esforço na produção de documentos pela tutela e em estudos de especialidade, também é notório que, no terreno, o estado de coisas é variável; a (des)mobilização dos professores, aliada ao (des)investimento das hierarquias internas da escola, são fatores determinantes para este (in)sucesso. Por isso, não é possível pensar em abstrato a BE sem um “novo” perfil de professor e um novo perfil de aluno, mas também sem novas expectativas dos pais sobre a escola. Maioritariamente, continuamos com salas de aula em formato de século XIX: mudou-se o mobiliário, o frio e o calor deram lugar ao ar condicionado, o vídeo projetor substituiu o quadro preto, os manuais podem ser digitais, virtuais, acompanhados de *tablets* e *smartphones*, etc. Mas terão os professores alterado o fundamento das suas práticas para mais colaborativas, terão os alunos alterado as suas ações para mais autónomas, e também estarão os pais a ajudar os filhos e os professores a poderem realizar ações diferentes?

Este trabalho reflete sobre a BE no contexto da escola, num quadro de documentos de referência, desenhando uma proposta de ação colaborativa entre PB e professor titular/da disciplina (PT) e outras disciplinas

do conselho de turma. A intenção é explorar um percurso que vise a mudança de atitude de professores e de alunos em relação a fatores de colaboração – e que produza efeitos visíveis a médio prazo (nunca imediatos, sabemos) - para que a BE seja colocada no centro da ação de aprendizagem e de conhecimento, juntamente com o trabalho dos professores.

A Biblioteca escolar: centro nevrálgico da escola

Documentos de referência internacionais (IFLA/UNESCO, 1999; Diretrizes da IFLA/UNESCO 2005, 2015) e nacionais (“Lançar a RBE”, 1996; Portaria n.º 756/2009; Programa RBE, 2013) desenham a BE como centro para o desenvolvimento da aprendizagem e do conhecimento no coração da escola. Sob o paradigma de educação e de aprendizagem ao longo da vida, reconhecem o aluno como sujeito ativo no processo de escolhas e de seleção da informação, usando os recursos da biblioteca e, por isso, mais bem-sucedido na escola, mais culto, mais dinâmico, efetivo utilizador da informação, em suma, melhor cidadão. Destes documentos resulta um perfil de competências do professor bibliotecário e a necessidade do trabalho de colaboração com os outros professores para que os estudantes atinjam os níveis “mais elevados de literacia, de leitura, de aprendizagem, de resolução de problemas e competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação” (IFLA/UNESCO, 1999, p. 1). Haycock (2003) sumariza os estudos que ao longo de quatro décadas reconhecem o impacto positivo dos professores bibliotecários especializados e dos programas da biblioteca escolar para o sucesso dos alunos e o desenvolvimento das competências de leitura e das literacias.

Com duas décadas de implementação do programa, a BE poderia ser já o “núcleo da vida”, “unidade orgânica” da escola (Lançar a RBE, 1986, p.30), já que se conhece a relação estreita entre a acessibilidade a espaços e recursos de leitura e o nível de desempenho dos alunos; e se sabe que é nos “países com tradição no domínio das bibliotecas escolares e das bibliotecas públicas que os hábitos de leitura da população se encontram mais enraizados, sendo também esses países que registam níveis mais elevados de desenvolvimento cultural e científico” (*id.*, p.16). Contribuir-se-ia de forma sustentada para a prossecução do estipulado na

“Lei de Bases do Sistema Educativo” (1986, art.º 7.º e 9.º): formação de crianças e jovens dinâmicos em interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social e da cultura humanista, com maturidade cívica e socioafetiva. Neste âmbito, favorecer o desenvolvimento de atitudes de reflexão metódica, de abertura de espírito, de sensibilidade, disponibilidade e adaptação à mudança, é também a “visão” do “Perfil do aluno” (2017, p.10).

O Quadro Estratégico 2014-2020 para a biblioteca escolar reconhece:

“Para responder aos desafios atuais, decorrentes da revolução digital e da alteração da forma como se lida com a informação e se adquire e produz conhecimento, o sistema educativo necessita, mais do que nunca, de bibliotecas sólidas, capazes de ensinar e apoiar os alunos na obtenção de bons resultados escolares e no domínio das literacias indispensáveis para o futuro.” (Programa RBE, 2013, p.7).

O Programa RBE preconiza que, se queremos uma escola que promova as aprendizagens necessárias à sobrevivência na sociedade da informação, a BE é “um parceiro a considerar na estratégia de melhoria da educação em Portugal” e na aposta nos desafios atuais decorrentes da revolução digital (p.7). Sobre as literacias digitais, dos media e da informação, o mesmo programa reitera que as BE:

“São ambientes de convívio e de trabalho onde se realizam percursos formativos e de aprendizagem que estimulam a interação dos alunos com tecnologias e fontes de informação diversificadas. Ocupam um lugar imprescindível na escola, na medida em que fomentam o treino e a formação para as literacias digitais, dos média e da informação, preparando os alunos para a pesquisa, uso, produção e comunicação da informação e para a participação segura e informada nas redes sociais.” (Programa RBE, 2013, p.15).

Realizar esta missão inclui, forçosa e prioritariamente, enquadrar o trabalho colaborativo dos professores.

Por uma cultura de colaboração

A ideia de trabalho colaborativo ganhou contornos de obrigatoriedade em diversos setores de atividade e é apresentada como solução ideal para inúmeras dificuldades das organizações e como chave para o seu progresso e desenvolvimento e entrou também nas escolas (Lima, 2002, p.7; Roldão, 2007; Araújo, 2014). Todavia, quando observamos os professores, as práticas colaborativas não são nem fáceis, nem numerosas (Roldão, 2007) e esbarram no isolamento e na colegialidade do ensino, resultando numa troca verbal sobre assuntos profissionais, afastando-se da planificação conjunta tendo em vista resolução de problemas reais ou a prossecução de objetivos comuns, ainda que os constrangimentos possam ser mais estruturais do que pessoais (Lima, 2002; Roldão, 2007). Todavia, é forçoso que o trabalho colaborativo entre na BE (Araújo, 2014), já que teorias da cognição, teorias da motivação e teorias das organizações sustentam a melhoria dos processos cognitivos, das interações, e dos resultados do trabalho (Roldão, 2007).

Numa perspetiva construtivista, a colaboração define-se por haver pelo menos dois professores a trabalhar para integrar informações que melhoram as aprendizagens dos alunos (Montiel-Overall, 2005). Para esta autora:

“Collaboration is a trusting, working relationship between two or more equal participants involved in *shared* thinking, *shared* planning and *shared* creation of integrated instruction. Through a *shared* vision and *shared* objectives, *student learning opportunities* are created that integrate subject content and information literacy by co-planning, co-implementing, and co-evaluating students’ progress throughout the instructional process in order to improve student learning in all areas of the curriculum” (p.5, *italico* nosso).

“Shared” (partilha) é aqui uma base concetual consensual que orienta a prática, ainda que “para se tornar uma prática corrente, exigirá nada menos do que uma pequena revolução na cultura e nas práticas da escola” em Portugal (Araújo, 2014, p.4). No mesmo texto, a autora acrescenta:

Em suma, o trabalho colaborativo, porque possibilita a discussão de ideias, a procura de consensos e

a superação de conflitos, tende a aumentar o grau de satisfação dos docentes, incentivando maior envolvimento na apropriação de novos conhecimentos e resolução de problemas, para além da construção de novas práticas pedagógicas, com impacto decisivo na melhoria das aprendizagens dos alunos, objetivo que vai ao encontro da missão do professor bibliotecário.

Ainda que não seja o âmbito desta reflexão propor ou assumir um modelo de colaboração (Montiel-Overall, 2005) entre docentes, ou analisar fatores de (in)sucesso para a colaboração (Haycock, 2007), ou mesmo estudar os contextos que obstaculizam a uma cultura de colaboração (Lima, 2002) – sabemos que *dois sabem mais e fazem melhor do que a soma de cada um*; e os estudos consultados consolidam a ideia de que cultivar *uma cultura de colaboração* (Small, 2001) promoverá o desenvolvimento da escola e incentivará os fatores de sucesso dos alunos.

Por isso, observamos que a proposta de trabalho colaborativo que delineamos adiante se integra num modelo de colaboração (Araújo, 2014) num nível de iniciação, ao nível da parceria (Muronaga e Harada, 1999; Loertsher, 2000; Montiel-Overall, 2005 - sumariados em tabela, em Araújo, 2014) – um ensaio de colaboração, do planeamento à execução e à avaliação, para dele retirar aprendizagens que possam ser alargadas a outras situações e momentos da vida escolar. A colaboração é, assim, ela própria um processo de aprendizagem sobre a colaboração.

Embora os fatores que interagem na colaboração sejam diversos e de diferente ordem (Haycock, 2007), reconhecemos facilmente que uma base sólida em que assenta a colaboração é a visão partilhada de que a colaboração entre PB e professores titulares (PT) é o cerne do desenvolvimento da BE e da prossecução dos objetivos educacionais para o futuro. Observamos reflexivamente alguns fatores determinantes nesta experiência: ambiente, visão partilhada e intenção. Não estando os professores desta experiência/proposta inseridos num ambiente profícuo de colaboração, partilhámos na essência os valores e as intenções que nos guiam; e assumimos o compromisso de arriscar fazer, para iniciarmos uma construção. Conhecemos o “Perfil do aluno” para o século XXI, as necessidades externas

à escola na sociedade atual, os referenciais para a BE, o currículo das disciplinas envolvidas; e possuímos uma visão partilhada de valores e intenções, temos definidas responsabilidades e funções, com um forte cunho na liderança do PB; temos acesso a recursos, que não são novos, mas são múltiplos, se considerarmos a rede da web. É relevante reforçar este conceito de “shared vision, shared objectives and equal partners” que Montiel-Overall refere (2005, p.7). Propomos um trabalho articulado, da planificação à execução e à avaliação, guiado por objetivos e necessidades, respeitando modos de ser e de trabalhar, focados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos.

Finalizada a execução, chegaremos à divulgação, partilhando o processo e os resultados, nos relatos da BE, dos conselhos de turma e nos departamentos, para chegar ao conselho pedagógico – resultados partilhados na comunidade num processo de autoformação e questionamento para melhoria das aprendizagens. O marketing positivo, focado na BE, é essencial para cativar para uma cultura de colaboração e de avaliação. Sobretudo havemos de tomar esta proposta como um risco calculado de oportunidade de aprendizagem que depois partilharemos, mostrando percursos possíveis.

A pessoa do aluno no centro nevrálgico – da sala para a BE

Passadas que estão quase duas décadas do século XXI, impõe-se-nos lembrar o perfil do aluno que queremos construir para sobreviver no mundo da informação e da cultura digital:

“Com o desenvolvimento de novos meios de difusão, a informação deixou de ser predominantemente veiculada pelo professor na escola. Mas informação não é conhecimento e o aluno continua a necessitar da orientação de alguém que já trabalhou ou tem condições para trabalhar essa informação” (Livro Verde da SI, 1997, p. 42).

À BE atribui-se o papel de “formar alunos autónomos, capazes de procurar informação, encontrar respostas, de criar, onde a adaptação à mudança e a capacidade de trabalho em equipa são valorizados” (IFLA, 2015), segundo padrões de competências e de comportamento de literacia da informação que se expressam em categorias: (1) domina a literacia da informação

(accede, avalia, usa a informação); (2) aprende individualmente (busca informações relacionadas a interesses pessoais, aprecia literatura e outras expressões criativas de informação, procura a excelência em busca de informação e geração de conhecimento); (3) é socialmente responsável (reconhece a importância da informação para uma sociedade democrática, pratica o comportamento ético em matéria de informação e tecnologia da informação, participa efetivamente em grupos para buscar e gerar informações) (AASL, 1998).

Esta é também a construção delineada no “Perfil do aluno” (2017, p.10): dotado de literacia cultural, científica e tecnológica para analisar e questionar criticamente a realidade, avaliar e selecionar a informação, formular hipóteses e tomar decisões fundamentadas; que reconheça a importância e o desafio oferecidos conjuntamente pelas Artes, as Humanidades, a Ciência e Tecnologia para a sustentabilidade social, cultural, económica e ambiental de Portugal e do mundo; capaz de pensar crítica e autonomamente, criativo, com competência de trabalho colaborativo e capacidade de comunicação.

O *Quadro Estratégico 2014-2020* estabelece que “as bibliotecas promovem o trabalho colaborativo com os docentes [...] contribuindo para a melhoria dos resultados dos alunos e para a resolução de problemas de aprendizagem” (p.15). *Aprender com a BE* (2017) reconhece a necessidade de trabalhar para a literacia, centrada nas competências do aluno – o que é sobretudo uma necessidade de literacia da informação, para saber ler o mundo que o rodeia:

“As tecnologias e a Internet vieram introduzir novas oportunidades de acesso à informação e redefinir as existentes, substituindo condições e modelos de uso e produção do conhecimento. Introduziram ainda novos desafios formativos e pedagógicos a que a escola tem que responder e que decorrem do alargamento das literacias inerentes à aprendizagem e à vida no contexto da Sociedade do Conhecimento.” (p.15).

Literacia da informação

“Information literacy is the adoption of appropriate information behaviour to obtain, through whatever channel or medium, information well fitted to information needs, together with critical awareness of the importance of wise and ethical use of information in society.” (Webber and Johnston, 2001; citado por Correia, s/d, p.7). Assim,

literacia em informação é uma condição para uma cidadania ativa, eficiente e responsável, que habilita os indivíduos em todas as etapas da sua vida para a procura, avaliação, uso e criação de informação de modo eficaz, na prossecução dos seus objetivos pessoais, sociais, profissionais e educativos, constituindo um direito humano básico num mundo digital e promovendo a inclusão social de todas as nações (IFLA/UNESCO, 2005a).

As diretrizes da IFLA/UNESCO (2005b) reforçam ainda a ideia de que:

“Os alunos que dominam a literacia da informação devem ser capazes de aprender de forma autónoma. Devem ter consciência das suas necessidades de informação e participar ativamente no mundo das ideias. Devem demonstrar confiança nas suas competências para resolver problemas e saber qual é a informação relevante. Devem ser capazes de lidar com ferramentas tecnológicas para aceder à informação e para comunicar. Devem ser capazes de agir confortavelmente em situações em que existam respostas múltiplas, assim como naquelas em que não há resposta. [...] devem ser flexíveis, capazes de adaptar à mudança e de funcionar quer individualmente quer em grupo” (IFLA/UNESCO, 2005, p.21).

Esta é a filosofia de base do modelo proposto para um “Programa de Competências de Estudo e Literacia da Informação”, que se estrutura em competências de aprendizagem autónoma (centradas em cada um), de cooperação, de planeamento, de localização e recolha, de seleção e valorização, de organização e registo, de comunicação e realização, de avaliação (*id.*, p.22).

Enquanto programa, esse é um trabalho de construção para formação global dos estudantes e será tanto melhor quanto se possa contar com uma sala de aula de portas abertas, espaço onde o aluno resolve situações que o ajudam a aprender e professores colaboram na resolução dos problemas colocados de modo a consolidar aprendizagens – numa prática pedagógica de promoção da literacia (Tomé & Bastos, 2009). Por isso, o professor sai da sua sala e se encontra com a biblioteca. Nenhum professor deve(ria) trabalhar sozinho, antes integrar equipas que trabalham para o desenvolvimento do conhecimento pelos alunos. E o que resulta da colaboração é superior ao que cada um poderia fazer sozinho.

Assumimos, pois, uma perspectiva construtivista, pela qual o aluno age sobre o seu conhecimento, é um aluno-pesquisador/autor do seu conhecimento. Neste quadro, queremos orientar o aluno a ser competente (hábil) no uso de um método de trabalho de procura e uso da informação tendo em vista um objetivo; desenvolver a autonomia na aprendizagem; familiarizar-se com uma abordagem de resolução de problemas; desenvolver o sentido de integração na comunidade de aprendizagem. Queremos, também, inspirar novas práticas na escola.

Adotar um modelo comprovado

Adotar um modelo de trabalho experimentado de desenvolvimento das competências de literacia da informação sustenta pedagogicamente a escolha e antecipa resultados prováveis. Martins (2015, pp. 48ss) destaca o processo de surgimento e de generalização de modelos para um programa de competências de estudo e de literacia da informação, ligados às bibliotecas escolares (dos EUA à Europa e à Ásia) e descreve sucintamente vários desses modelos. De entre eles, Novo (2015, p.49) faz uma breve apresentação dos quatro mais comuns na RBE: Big6, modelo de Carol Kuhlthau, modelo PLUS e modelo canadiano. Cada modelo desenha-se em etapas que o aluno deve completar progressivamente.

Prefigura-se relevante observar as expressões linguísticas que os autores dos modelos utilizam para descrever as etapas de busca, seleção e uso da informação: elas manifestam construções conceituais que vão influenciar a atitude dos professores perante todo o processo, com maior ou menor interação entre os processos e o produto e as expectativas e emoções durante o processo: uns destacam mais os verbos de ação (modelo canadiano), outros mais a resolução de tarefas (Big6), outros dão destaque às emoções que envolvem o trabalho de pesquisa e seleção (Kuhlthau). Daí a importância de o professor acompanhar o processo passo a passo das etapas que um modelo descreve, com a consciência profissional da *necessidade* e do *dever* de trabalhar para o desenvolvimento das múltiplas competências que as etapas da pesquisa, seleção e transformação da informação para usos específicos requerem. A autonomia dos alunos carece do trabalho dos professores nessa linha de ori-

entação dos processos de aquisição, tanto quanto da vontade dos alunos, sem o qual a autonomia poderá não ser garantida. É importante observar que:

“O que todos os modelos referidos enfatizam é a necessidade de estabelecer um método que permita a organização da tarefa de pesquisa, mediante a progressão através de sucessivas etapas; é o reconhecimento de que a pesquisa, no mar revolto da informação, precisa de ser orientada, para que cada passo seja bem cumprido e o resultado conseguido. Mas, se todos aqueles modelos são bons instrumentos de trabalho, não é menos verdade, porém, que cabe ao professor (em sintonia com a escola) escolher o modelo certo para o grupo e a ocasião certa” (Novo, 2015, p.51).

Dessa “sintonia com a escola” e a BE, adotamos o modelo Big6, de Mike Eisenberg and Bob Berkowitz: criado para ajudar os alunos a “desenvolver tarefas ou tomar decisões” (*cf.* <http://big6.com/>), tendo por base a pesquisa e a resolução de problemas, sustentada em processos cognitivos e em recursos (“resource-based learning”). Este modelo assenta em seis etapas, cada uma subdividida em duas – (1) definição da tarefa (definir o problema e identificar as informações necessárias); (2) estratégias de procura de informação (considerar todas as fontes possíveis e selecionar as melhores fontes); (3) localização e acesso (localizar as fontes e recuperar as informações nas fontes localizadas); (4) uso da informação (consultar (ler, ouvir, olhar, tocar) e extrair as informações relevantes); (5) síntese (organizar as informações e apresentar o resultado); (6) avaliação (julgar o resultado – eficácia – e o processo – eficiência). Na página de abertura lê-se que o modelo “procura capacitar os indivíduos a *procurar, selecionar, aplicar e avaliar*, sistematicamente a informação, de forma autónoma e ao longo da vida, em função de necessidades e tarefas específicas”.

Algumas das vantagens deste modelo são a adaptabilidade e aplicação a qualquer área, idade e/ou nível de aprendizagem; a organização sequencial das etapas e a possibilidade de as trabalhar separadamente e/ou de as simplificar (Super3, por exemplo, para crianças); a possibilidade de orientação nos processos de metacognição e no desenvolvimento da pesquisa,

transformação da informação e tarefas de autoaprendizagem; ser um modelo eficiente para trabalhar vários suportes de informação e rentabilizar as TIC ao serviço da aprendizagem; oferecer um fundo documental de apoio ao desenvolvimento do modelo na página oficial (tutoriais, artigos, lições, apresentações, recursos digitais gratuitos, etc.). A disponibilidade da diversidade de recursos, a publicação de estudos e reflexões, aliadas à linguagem adaptada ao público destinatário, em diferentes ciclos, garante a sustentabilidade do modelo ao longo do tempo.

Uma proposta

Interessa-nos fomentar uma prática pedagógica promotora da literacia da informação, (Tomé & Bastos, 2009), no quadro da RBE, incentivando o diálogo entre a literacia da informação e outras literacias. Aceitamos as sinergias da BE da escola com a utilização do modelo Big6. O ponto de partida são os alunos que conhecemos, num estágio de pouca autonomia, pouca inferência a partir da leitura de documentos, ou literacia de informação incipiente – não por características cognitivas, mas por falta de *oportunidade de aprender a fazer* de outro modo.

Tomamos como linhas de ação: a) trabalhar em prole de um aluno ativo, pensador crítico, que sai da sala de aula para fazer confluir aprendizagens, abre o leque de perspetivas, corta com a passividade e a inércia escolarizada; b) elaborar uma proposta de articulação curricular, abrindo horizontes, sobre temáticas que abrangem o currículo de diferentes disciplinas, que se tocam, mas não dialogam, para quebrar a segmentação (Roldão, 2007) do trabalho dos professores; c) trabalhar com o PB de modo a abrir espaços de colaboração tendo em vista o sucesso dos alunos e a construção de produtos para o acervo digital da BE, que venham a constituir património cultural na escola.

Seguimos alguns passos seguros: (1) a iniciativa da professora titular de Português: conversa com a PB, abertura para começar; conversa com colegas professores (cautelosos) e com alunos (renitentes). (2) A (re) leitura dos referenciais para a BE, a escolha do modelo de trabalho para a literacia da informação. (3) Finalmente, o planeamento respondeu aos desafios do Quadro Estratégico 2014-2020 e ao referencial “Aprender com a BE 2017”. Foi elaborado um documento de pla-

neamento para os professores envolvidos, seguindo o referencial da BE, onde constam as aprendizagens associadas ao trabalho da BE, os conteúdos a abordar, objetivos, estratégias de trabalho e tarefas a realizar, o produto final e os indicadores para a avaliação; ainda ligações úteis para iniciar o planeamento sobre o modelo Big6. Para os alunos, foi adotado o guia de trabalho da BE com todas as etapas do modelo Big6 anotadas, incluindo a avaliação; o guia é aberto, genérico, permite uma aprendizagem para esta e outras situações de pesquisa de informação e elaboração de produtos. Embora tenha um registo direcionado ao(s) alunos(s), antecipa-se o acompanhamento dos professores, bibliotecário e das disciplinas, na prossecução das tarefas e das etapas, tendo em vista aprender a fazer e a construção da autonomia. Por último, foi elaborado um documento de controlo para registo de sessões de trabalho e de anotações sobre as pesquisas, permitindo ao (s) professor(es) o apoio individualizado consoante os problemas que forem surgindo sobre a seleção de documentos, a tomada de notas, o tratamento da informação e a orientação dos processos tendo em vista a decisão sobre e a construção de um produto final. O trabalho dos alunos iniciou-se com uma sessão na biblioteca para ambientação com os espaços e para apresentação do processo e das etapas a seguir: visionamento de vídeo de apresentação sobre o modelo Big6, observação do guião de trabalho, discussão de estratégias e apoios, colocação de questões e dúvidas. Cada grupo teve de selecionar interesses específicos dentro do tema geral, definir o assunto que queria tratar e qual a intenção; esta etapa foi realizada sob a forma de questões: o que quero saber? O que quero construir? vou trabalhar com quem? No final, do contributo do trabalho de todos os grupos foi construída uma página digital sobre o tema - o século XIX: história, arte, filosofia, literatura - alojada no blog da BE.

Antecipámos desde logo dificuldades de processo, obstáculos oriundos da pouca literacia da informação, ou até da pouca mobilização para este tipo de proposta escolar. Porém, reconhecemos de antemão que este é um percurso seguro em direção à autonomia, à aprendizagem centrada nos interesses dos alunos e à cultura de colaboração que urge incentivar na escola e que responde às propostas de autonomia e flexibilidade curricular.

Uma nota breve: já depois de finalizado este escrito, pudemos consultar parte do resultado desta proposta. Desde logo, o resultado final, em termos quantitativos, foi menor do que antecipado. No entanto, em termos qualitativos, dois grupos levaram o seu projeto de estudo até à etapa final, a da comunicação de um produto selecionado na forma digital - numa construção verdadeiramente original para os hábitos dos alunos envolvidos: usaram o “Guião de trabalho” e os documentos de apoio aos registos e notas sobre documentos; frequentaram a biblioteca e buscaram a interação com os seus professores várias vezes, resolvendo todos os obstáculos pela comunicação e interação; tomaram decisões de sua iniciativa sobre a informação e os processos, escolheram caminhos; selecionaram e aprenderam a usar aplicações e ferramentas digitais (powtoon, poweer point, flipsnack, e educolorir) para construir o seu produto “fora da caixa”. Um dos produtos, uma revista digital sobre os primórdios do cinema, é uma lição de conteúdo, forma e aspeto gráfico - artefacto cultural relevante. As aprendizagens relatadas ultrapassam muito as habituais da sala de aula e o grau de satisfação própria é muito elevado. A sua experiência foi partilhada com os seus colegas na turma, com os professores no conselho de turma, e na BE. O produto pode ser consultado na página da turma, em: <https://tdezf.jimdo.com/projeto-com-a-be/>

A finalizar

A reflexão sobre a harmonia paradigmática entre documentos de referência, internacionais e nacionais, leva-nos a reconhecer a necessidade do investimento na BE como fator de desenvolvimento do cidadão e de evolução do mundo. Desejamos a mudança na escola do século XXI. Perseguimos a mudança nos comportamentos a observar e nos efeitos a produzir nos estudantes e nos professores. Não apenas a mudança de espaços e de ações, mas a de vivências nos espaços através das ações realizadas. Promover a mudança implica todos, claro, as pessoas antes dos espaços, ou as pessoas com os espaços e as organizações. Roldão (2007) lembra-nos que não chegam os documentos, é preciso insistir nas práticas que causam a rutura. Por um lado,

“Trabalhar colaborativamente vai ao arrepio de toda a máquina organizacional que envolve os professores, socializados desde o início no trabalho individual com cada turma, em cada área e disciplina. Dificilmente se pode pedir que o trabalho docente colaborativo seja acolhido pelos professores sem que a instituição mude também.” (p.29)

Por outro lado, um outro fator mina o trabalho colaborativo: o (ainda) medo incrustado da

“normatividade, quer curricular quer organizacional, que induz uma lógica de cumprimento mais do que uma lógica de qualidade e eficácia. Para que sejam estes – qualidade e eficácia – os motores, importa que os atores decidam em conjunto, ainda que no quadro de um currículo nacional prescrito e comum, os modos e formas de com ele trabalharem, de acordo com a análise do que será melhor para garantir a aprendizagem em cada situação concreta, regulando e modificando de acordo com os resultados e respondendo naturalmente pela adequação e efeitos dessas decisões.” (p.29)

Seria esta a maior rutura na escola portuguesa: colocar nas mãos de professores (informados e inspirados num modelo de aprendizagem onde o aluno é autor do seu conhecimento, formados num paradigma de trabalho colaborativo em que a BE é o coração da escola) as decisões, os recursos e as ações de desenvolvimento da(s) literacia(s) nos jovens alunos. Tratar-se-ia assim, como diz Roldão (2007, p. 29), “não apenas de “cumprir os programas” sem assegurar a eficácia do aprendido, mas de cumprir a aprendizagem curricular de que os programas são instrumento – o que requer [...] a prestação de contas coletiva e individual pelos processos de trabalho e pelos resultados conseguidos”. Acreditamos que esta mudança, se não desistirmos, está em curso.

NOTA

Adaptado de trabalho final da UC: “Problemas e desafios da biblioteca escolar”, do Mestrado em Gestão da Informação e bibliotecas escolares, da Universidade Aberta, em fevereiro de 2018.

Referências

- AASL. (1998). *Information Literacy Standards for Student Learning. Standards and indicators*. Consultado em [janeiro, 2018] http://umanitoba.ca/libraries/units/education/media/InformationLiteracyStandards_final.pdf. Tabela sucinta consultada em http://www.cila.org.tw/wp-content/uploads/downloads/2013/04/%E7%BE%8E%E5%9C%8B_AASL-Information-Literacy-Standards-for-Student-Learning.pdf
- AAVV. (2017). *Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória*. Consultado em [janeiro, 2018] http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf.
- Araújo, H. (2014). *Biblioteca escolar e trabalho colaborativo*. RBE. Consultado em [janeiro, 2018] <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1286/bibliotecarbe6.pdf>.
- Conde, E., Mendinhos, E. & Correia, P. (Coord.) (2017). *Aprender com a biblioteca escolar*. (2ª ed.). Lisboa: RBE. Consultado em [janeiro, 2018] http://www.rbe.mec.pt/np4/referencial_2017.html.
- Correia, A. (s/d). *Literacia em informação para uma cidadania ativa e eficiente*. Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova, Lisboa. Consultado em [janeiro, 2018]: <http://www2.isec.pt/~armenioc/privado/PapersLivrosSites/artigos/correia-portuguese-fullpaper.pdf>
- Haycock, K. (2003). *The Crisis in The Crisis in Canada' Canada's Schools School Libraries. The Case for Reform and Re-Investment*. Association of Canadian Publishers. Consultado em [janeiro, 2018] <http://bccsl.ca/download/HaycockReport.pdf>.
- Haycock, K. (2007). Collaboration: Critical Success Factors for Student Learning. *School Libraries Worldwide* vol. 13, N. 1. Consultado em [janeiro, 2018] <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.828.2945&rep=rep1&type=pdf>.
- IFLA (2015). *Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar*. Traduzido por Rede de Bibliotecas Escolares, Portugal (2016). Consultado em [janeiro, 2018] http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/1853/guide_lines_2016.pdf.
- IFLA/UNESCO (1999). *Manifesto da biblioteca escolar*. Acedido em http://www.espa.edu.pt/ExtraJoomla/RBE/Manifesto_Biblioteca_Escolar.pdf.
- IFLA/UNESCO (2005a). *Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida*. Consultado em [janeiro, 2018] <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfosoc-pt.pdf>
- IFLA/UNESCO (2005b). *Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares*. Tradução em Língua Portuguesa (Portugal) por Maria José Vitorino (2006). Consultado em [janeiro, 2018] <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-guidelines/school-library-guidelines-pt.pdf>.
- Lei de Bases do sistema educativo (1986). Lei n.º 46/86, de 14 de outubro. Consultado em [janeiro, 2018] <https://dre.pt/application/file/a/222361>.
- Lima, J. A.(2002). *As culturas colaborativas nas escolas. Estruturas, processos e conteúdos*. Porto: Porto Editora.
- Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (1997). Missão para a Sociedade da Informação. Consultado em [janeiro, 2018]: <http://purl.pt/239/2/>.
- Martins, A. M. S. (2015). *A Literacia da Informação no Ensino Básico (1.º Ciclo): Modelos e Práticas Atuais*. Dissertação para obtenção do Grau de Doutor em Ciências da Educação. Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Consultado em [janeiro, 2018] https://run.unl.pt/bitstream/10362/16325/1/TRABALHO%20INTEIRO%20final%202015%20%20C3%BA%20ultima%20revis%C3%A3o%20maio_convertido.pdf.
- Modelo Big6. Information and Technology skills for student success. Página oficial em <http://big6.com/>. Blog da RBE. Consultado em [janeiro, 2018] <http://blogue.rbe.mec.pt/big-6-modelo-de-pesquisa-e-tratamento->

- 1867643; e em <http://blogue.rbe.mec.pt/big6-modelo-de-pesquisa-de-informacao-1982058>.
- Modelo Big6. Apresentação vídeo. Consultado em [novembro, 2017] https://www.youtube.com/watch?v=2FPgS_q5ufg.
- Montiel-Overall, P. (2005). "Toward a Theory of Collaboration for Teachers and Librarians". *School Library Media Research*, Volume 8. Consultado em [janeiro, 2018] http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol8/SLMR_TheoryofCollaboration_V8.pdf.
- Novo, A. (2015). Colaboração e literacia da informação nas escolas – uma responsabilidade partilhada. *Literacia, Media e Cidadania - Livro de Atas do 3.º Congresso*. Braga: CECS, pp. 47-59. Consultado em [janeiro, 2018] http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/article/view/2224/2141.
- Portaria n.º 756/2009, de 14 de julho. Consultado em [janeiro, 2018] <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/file/33/portaria756.pdf>.
- Programa Rede de Bibliotecas Escolares. Quadro estratégico 2014-2020 (2013). RBE. Consultado em [janeiro, 2018]: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/qe.html>.
- Programa Rede de Bibliotecas Escolares. Quadro estratégico: 2014-2020. Lisboa: RBE. Consultado em [janeiro, 2018] <http://www.rbe.mec.pt/np4/qe.html>.
- Roldão, M. C. (2007). Dossiê Trabalho colaborativo de professores (2007). *Noesis* n.º 71, outubro/dezembro. ME/DGIDC. Consultado em [janeiro, 2018] www.oei.es/historico/pdfs/Noesis71.pdf
- Small, R. V. (2001). Developing a Collaborative Culture. *School Library Media Research*, Volume 4. Consultado em [janeiro, 2018] http://www.ala.org/aasl/sites/ala.org.aasl/files/content/aaslpubsandjournals/slr/vol4/SLMR_CollaborativeCulture_V4.pdf.
- Tomé, M. C., & Bastos, G. (2009). "A Biblioteca Escolar e o desafio da literacia da informação". In M. L. Dionísio, J. A. Brandão de Carvalho & R. V. Castro (Eds.), *Discovering Worlds of Literacy. Proceedings of the 16th European Conference on Reading and 1st Ibero-American Forum on Literacies*. Braga: Littera/CIEd. Consultado em [janeiro, 2018] https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2141/1/Tome_M_C_Bastos_G.pdf.
- Veiga, I. (coord.). (1996). *Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares*. Consultado em [janeiro, 2018] http://www.rbe.mec.pt/np4/file/94/lancar_rbe.pdf.